

S O B R E A O R A Ç Ã O
DOMINICAL

SANTO TOMÁS DE AQUINO



Índice

Nota Prévia	3
A. Introdução da edição latina	3
B. Sobre a presente tradução	4
Prólogo	5
I. A excelência do Pai-nosso	5
II. “Pai”	8
III. “... nosso...”	10
IV. “... que estais nos céus...”	10
Os sete pedidos	15
Explicação sumária de toda a oração do Pai-nosso	41
Apêndice	43
Notas	45

Nota Prévia

A. Introdução da edição latina

Ao presente opúsculo se atribuem outros títulos em diferentes edições: *Expositio devotissima Orationis Dominicæ*, *Collationes de Pater noster*, *Expositio de Pater noster*. Mandonnet data-o do tempo da Quaresma de 1273 (cf. “Bibliographie Thomiste”, Le Saulchoir, Kain, 1921, p. XVII, n. 72. A sua autenticidade não é posta em dúvida por nenhum estudioso (cf. MANDONNET, “Des écrits authentiques de Saint Thomas d’Aquin”. 2.^a ed., Freiburg, 1910, p. 107, n. 72; MICHELITSCH, “Thomas Schriften”, vol. 1, Graz, 1913, p. 186, n. 78; GRABMANN, “Die echten Schriften des hl. Thomas von Aquin”, 3.^a ed., Münster i. W. 1949, p. 318). Pertence aos *Reportata*, isto é, ao conjunto de obras que, não tendo sido escritas de próprio punho por Santo Tomás, foram passadas ao papel seja por ditado, seja pela transcrição de alguma homilia: trata-se de escritos nem sempre revistos e corrigidos pelo autor, mas recebidos, em todo o caso, de sua própria boca.

Após um prólogo em que discorre sobre a excelência da oração dominical e expõe as palavras “Pai nosso que estais nos céus”, Tomás explica ao longo de sete artigos as sete petições contidas nesta oração. O opúsculo se encerra com uma “sumária exposição de toda a oração do Pai-nosso”, muito semelhante à que escreveu em *STh* II-II 83, 9. A oração do Senhor, como diz Santo Tomás no prólogo à *Exp. in duo præcepta caritatis* etc., contém a “ciência do que se deve desejar”; ela nos ensina, com efeito, o fundamento da vida espiritual, que consiste em saber de que modo

devemos rezar. Por essa razão, o presente opúsculo, expondo a oração que, por ser confiante, reta, ordena, devota e humilde, “ocupa o principal lugar entre todas as orações”, é de grande proveito para a vida do espírito. Como ficará claro desde o início, recorre-se com muitíssima frequência à autoridade da Sagrada Escritura.

B. Sobre a presente tradução

O texto em que se baseia esta tradução é o estabelecido na edição de Turim (cf. S. THOMÆ AQUINATIS, “In Orationem Dominicam, videlicet ‘Pater noster’ expositio”, in: R. M. SPIAZZI (org.), *Opuscula theologica*, vol. 2. Taurini-Romæ: Marietti, 1954², pp. 219-235). Embora procure manter-se fiel ao fraseado original, a versão portuguesa aqui apresentada não tem a pretensão de ser “acadêmica”, mas uma pequena tentativa de divulgar a obra de Santo Tomás de Aquino sem lhe trair o pensamento. Quanto aos critérios adotados, esta tradução, mais do que decalcar *ad litteram*, procura dizer em português aquilo e só aquilo que o original diz sinteticamente em latim. Por isso, as inelegâncias de estilo e a repetição frequente de certas fórmulas correspondem, na medida do possível, ao sabor e à sobriedade do original, carente de sutilezas escolásticas, palavras técnicas e voos oratórios.

As palavras entre divisas (< >) são explicitações ou inserções do tradutor que pretendem ora esclarecer o texto, ora torná-lo mais fluido. A tradução das citações bíblicas foi extraída, na maioria dos casos, das versões Ave-Maria (195.^a ed., São Paulo: Ave-Maria, 2011) e do Pe. Matos Soares (6.^a ed., Porto: Tip. Sociedade de Papelaria, 1956). Além destas, foram também utilizadas, em casos pontuais, as traduções da CNBB e da Bíblia de Jerusalém.

Prólogo

I. A excelência do Pai-nosso

1. As cinco qualidades da oração. — A oração do Senhor ocupa, entre as demais orações, o principal lugar, já que possui as cinco qualidades de que <toda> oração se deve revestir.

Com efeito, a oração deve ser *confiante, reta, ordenada, devota e humilde*:

a) Deve ser *confiante*, para que nos “aproximemos confiadamente do trono da graça” (*Hb* 4, 16), como está escrito na Epístola aos Hebreus, e também firme na fé, como diz São Tiago: “Peça com fé, sem nada hesitar” (*Tg* 1, 6). A oração do Senhor é, com razão, a mais confiável, porque (i) foi instituída pelo nosso advogado, o mais sábio dos pedintes, “no qual estão escondidos todos os tesouros de sabedoria” (*Cl* 2, 3) e de quem diz São João: “Temos um intercessor junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo” (*1Jo* 2, 1). Por isso, diz Cipriano: “Uma vez que temos Cristo como advogado junto ao Pai por nossos pecados, quando pedirmos perdão por nossos delitos, apresentemo-nos com as palavras do nosso defensor”.¹ Ela parece ser, além disso, ainda mais confiável (ii) pelo fato de nos ter ensinado a rezá-la aquele que com o Pai presta ouvidos à nossa oração, de acordo com o salmo: “Quando me invocar, eu o atenderei” (*Sl* 90, 15). Por isso, diz Cipriano: “Rogar ao Senhor com suas próprias palavras é dirigir-lhe uma oração amiga, familiar e piedosa”.² Daí que nunca se saia desta oração sem fruto. De fato, como diz Agostinho, por ela são perdoadas as faltas veniais.³

b) A nossa oração deve também ser *reta*, de sorte que o orante peça a Deus o que lhe convém, porque, segundo Damasceno, “a oração é um pedido a Deus dos bens adequados”.⁴ Com efeito, a oração deixa muitas vezes de ser atendida porque se pedem coisas inapropriadas: “Pedis e não recebeis, porque pedis mal” (*Tg* 4, 3). De fato, é difícil saber o que se deve pedir, já que tampouco é fácil saber o que se deve desejar; e, por outro lado, é permitido aspirar ao que na oração é lícito pedir. Por isso, o Apóstolo reconhece: “Não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém” (*Rm* 8, 26). Ora, é a Cristo, nosso Mestre, que compete ensinar-nos o que temos de pedir, e por isso lhe rogaram os discípulos: “Senhor, ensina-nos a orar” (*Lc* 11, 1). Por conseguinte, o que ele nos ensina a pedir na oração é o que mais retamente podemos desejar: “Quaisquer que sejam as nossas palavras”, diz Agostinho a esse propósito, “nada diremos que já não esteja contido nesta oração, contanto que rezemos de modo justo e adequado”.⁵

c) Em terceiro lugar, a oração tem de ser *ordenada* como o desejo de que é expressão. Pois bem, a ordem devida é que em nossos desejos e orações prefiramos os bens do espírito aos da carne e as coisas celestes às terrenas, segundo o que se lê no Evangelho segundo Mateus: “Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão dadas em acréscimo” (*Mt* 6, 33). É isso o que o Senhor nos ensinou a observar nesta oração, em que primeiro se pedem os bens celestiais e só depois os terrenos.

d) Deve também ser *devota*, pois a devoção em abundância torna aceitável a Deus o sacrifício da oração, de acordo com o salmo: “Invocando o vosso nome, levantarei as minhas mãos. Como de banha e de gordura será saciada a minha alma” (*Sl* 62, 5s). Ora, acontece muitas vezes de a devoção enfraquecer-se por causa do excesso de palavras. Por esse motivo, o Senhor ensinou a fugir à excessiva prolixidade na oração, ao dizer: “Nas vossas

orações, não multipliqueis as palavras” (*Mt* 6, 7). E Agostinho escreve a Proba: “Que a oração não tenha excesso de palavras, mas de súplicas, se continua fervorosa a atenção”.⁶ Por isso, o Senhor instituiu esta breve oração. Ora, a devoção, por sua vez, nasce da caridade, que é amor a Deus e ao próximo, ambos os quais estão presentes nesta oração. Com efeito, para manifestar o nosso amor a Deus, chamamos-lhe Pai; e para manifestar o nosso amor ao próximo, oramos por todos em geral, dizendo: “Pai nosso” e “Perdoai-nos as nossas ofensas”. A isso nos move, pois, o amor aos semelhantes.

e) A oração, enfim, precisa ser *humilde*, como se lê no salmo: “Ele se voltou para a súplica dos indigentes” (*Sl* 101, 18), na parábola do fariseu e do publicano (cf. *Lc* 18, 9-15) e no Livro de Judite: “Sempre vos foram aceitas as preces dos mansos e humildes” (*Jt* 9, 16). Ora, na oração do Senhor se guarda a verdadeira humildade, que consiste em nada presumir das próprias forças, mas tudo esperar da virtude divina.

2. Os efeitos da oração. — Note-se, ademais, que a oração produz três bons efeitos.

a) Em *primeiro* lugar, ela é um remédio eficaz e útil contra os males. De fato, a oração nos livra (i) dos *pecados* cometidos, como canta o salmista: “E vós perdoastes a pena do meu pecado. Assim também todo fiel recorrerá a vós” (*Sl* 31, 5s). Desse modo oraram o ladrão crucificado, obtendo o perdão: “Hoje estarás comigo no paraíso” (*Lc* 23, 42), e o publicano, voltando para casa justificado (cf. *Lc* 18, 9-14). Livra-nos também (ii) do *medo* dos pecados futuros, das tribulações e das tristezas: “Alguém entre vós está triste? Reze!” (*Tg* 5, 13). Livra-nos, enfim, (iii) das *perseguições* e dos inimigos: “Em resposta ao meu afeto, acusaram-me. Eu, porém, orava” (*Sl* 108, 4).

b) A oração, em *segundo* lugar, é um meio eficaz e útil de obter tudo o que se deseja: “Tudo o que pedirdes na oração, crede que o tendes recebido” (*Mc* 11, 24). Mas se porventura não somos ouvidos, é porque (i) ou não pedimos com *insistência*, pois “é necessário orar sempre sem jamais deixar de fazê-lo” (*Lc* 18, 1), (ii) ou não pedimos o que *convém* à nossa salvação: “É bom o Senhor”, diz Agostinho, “porque muitas vezes nos nega o que queremos, para dar-nos o que deveríamos querer”.⁷ Assim sucedeu com Paulo, que três vezes rogou a Deus que lhe apartasse um espinho na carne e não foi atendido (cf. *2Cor* 12, 7s).

c) Em *terceiro* lugar, é útil, porque nos torna familiares de Deus: “Que minha oração suba até vós como a fumaça do incenso” (*Sl* 140, 2).

II. “Pai”

3. Em que sentido Deus é Pai. — Aqui se nos deparam duas questões: saber em que sentido Deus é Pai e o que lhe devemos enquanto tal.

Pois bem, Deus é chamado Pai (*a*) em razão do *modo* especial como nos criou, fazendo-nos à sua imagem e semelhança, não impressa nas criaturas inferiores: “Não é ele teu Pai, teu Criador, que te fez e te estabeleceu?” (*Dt* 32, 6). Também o é (*b*) em razão do seu *governo*; ora, ainda que tudo esteja sob o seu poder, a nós ele nos governa como senhores, ao passo que as demais coisas são como escravas em suas mãos: “Sois vós, Pai, que o governais pela vossa Providência” (*Sb* 14, 3) e, como se lê no mesmo livro, “nos governais com muita indulgência” (*Sb* 12, 18). Deus é Pai, além disso, (*c*) a título de *adoção*, pois se às demais criaturas concedeu alguns pequenos dons, a nós transmitiu uma herança, porque nos fez filhos seus e, “se filhos, também herdeiros” (*Rm* 8, 17). Como diz o Apóstolo, “não recebestes um espírito de escravidão para viverdes ainda no temor, mas recebestes o espírito de adoção pelo qual clamamos: *Aba! Pai!*” (*Rm* 8, 15).

4. O que a ele devemos? — Da nossa parte, devemos-lhe quatro coisas.

a) Em *primeiro* lugar, que o honremos: “Se eu, pois, sou vosso pai, onde está a minha honra?” (*Ml* 1, 6), a qual consiste em três coisas: (i) em relação a *Deus*, dar-lhe louvor, como canta o salmista: “Honra-me quem oferece um sacrifício de louvor” (*Sl* 49, 23), a qual há de estar não só nos lábios, mas no coração: “Esse povo”, disse o Senhor <por boca do profeta>, “vem a mim apenas com palavras e me honra só com os lábios, enquanto seu coração está longe de mim” (*Is* 29, 13); (ii) em relação a *si mesmo*, guardar a pureza de corpo, <como exorta o Apóstolo>: “Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo” (*1Cor* 6, 20); (iii) em relação ao *próximo*, julgá-lo com equidade, como diz o salmo: “Reina o rei poderoso que ama a justiça” (*Sl* 98, 4).

b) Em *segundo*, que o imitemos, uma vez que é nosso Pai: “Chamar-me-ás pai, e não cessarás de me seguir” (*Jr* 3, 19). Ora, imitamo-lo perfeitamente quando a ele nos assemelhamos em três aspectos: (i) no *amor*: “Sede, pois, imitadores de Deus como filhos muito amados. Progredi na caridade” (*Ef* 5, 1), e isso deve estar no coração; (ii) na *misericórdia*, pois o amor deve vir acompanhado de compaixão: “Sede, portanto, misericordiosos” (*Lc* 6, 36), o que tem de manifestar-se em nossas obras; e (iii) na *perfeição*, pois o amor e a misericórdia devem ser perfeitos: “Portanto, sede perfeitos, assim como o vosso Pai celeste é perfeito” (*Mt* 5, 48).

c) Em *terceiro* lugar, que lhe sejamos obedientes: “Com quanto mais razão nos havemos de submeter ao Pai de nossas almas?” (*Hb* 12, 9). E isso por três motivos: primeiro, (i) por seu *domínio*, já que ele é o Senhor: “Faremos tudo o que o Senhor disse e seremos obedientes” (*Ex* 24, 7); segundo, (ii) pelo *exemplo* que nos deu o verdadeiro Filho, ao fazer-se obediente ao Pai até a morte, como se diz na Epístola aos Filipenses (cf. *Fil* 2, 8); terceiro, (iii) porque isso nos é *proveitoso*: “Dançarei diante do Senhor que me escolheu” (*2Sm* 6, 21s).

d) Por fim, que sejamos pacientes nas adversidades com que ele nos castiga, <como aconselha o rei Salomão>: “Meu filho, não desprezes a correção do Senhor, nem te espantes que ele te repreenda, porque o Senhor castiga aquela a que ama, e pune o filho a quem muito estima” (*Pr* 3, 11s).

III. “... nosso...”

5. O que devemos ao próximo? — Com esta palavra se põem em evidência os nossos dois deveres para com o próximo. O primeiro é o (*a*) *amor*. Com efeito, visto que todos são filhos de Deus, temos de tratar o próximo como um irmão: “Porque aquele que não ama seu irmão, a quem vê”, diz São João, “é incapaz de amar a Deus, a quem não vê” (*1Jo* 4, 20). O segundo é o (*b*) *respeito*, por ser ele filho de Deus: “Acaso não é um mesmo o Pai de todos nós? Não foi um mesmo Deus que nos criou? Por que razão somos pérfidos uns para com os outros?” (*Ml* 2, 10); “Adiantai-vos em honrar uns aos outros” (*Rm* 12, 10). <Assim temos de tratar o nosso semelhante>, por causa do fruto que recebemos daquele que “se tornou autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (*Hb* 5, 9).

IV. “... que estais nos céus...”

6. O valor da confiança. — Entre as disposições necessárias ao orante, a confiança desempenha um papel fundamental: “Peça com fé”, escreve São Tiago, “sem nenhuma vacilação” (*Tg* 1, 6). Por isso, ao ensinar-nos a orar, o Senhor alude primeiro aos motivos que nos podem gerar confiança, a saber: (*a*) a *bondade* do Pai, e por isso diz “Pai nosso”, de acordo com o Evangelho segundo Lucas: “Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas coisas a vossos filhos, quanto mais vosso Pai celeste dará o Espírito Santo aos que lho pedirem” (*Lc* 11, 13); e (*b*) a dimensão do seu *poder*, e por isso diz “que estais nos céus”, como cantamos no salmo: “Levanto os olhos para vós, que habitais nos céus” (*Sl* 122, 1).

7. Os três fins desta expressão. — Ora, as palavras “que estais nos céus” podem servir a *três* propósitos:

a) Primeiro, à preparação de quem irá rezar, <pois assim manda o Eclesiástico>: “Antes da oração, prepara a tua alma” (*Eclo* 18, 23), de sorte que por “céus” se entenda a glória celeste, como se lê em São Mateus: “Será grande a vossa recompensa nos céus” (*Mt* 5, 12). Ora, essa preparação deve consistir tanto na (i) *imitação* das coisas celestes, porquanto o filho tem o dever de imitar o pai, como escreve São Paulo: “Assim como reproduzimos em nós as feições do homem terreno, precisamos reproduzir as feições do homem celestial” (*1Cor* 15, 49), quanto na (ii) *contemplação* das realidades do céu, pois os homens costumam pensar com mais frequência no que diz respeito ao seu pai e às coisas que amam, de acordo com o Evangelho segundo Mateus: “Porque onde está o teu tesouro, lá também está o teu coração” (*Mt* 6, 21). Por isso dizia o Apóstolo: “Nós, porém, somos cidadãos dos céus” (*Fl* 3, 20). A preparação requer, ademais, (iii) que se dirija a *atenção* às coisas do alto, de modo que não peçamos àquele que está nos céus senão bens espirituais: “Buscai as coisas lá do alto, onde Cristo está sentado” (*Cl* 3, 1).

b) Segundo, a expressão “que estais nos céus” pode referir-se à facilidade que Deus tem de nos ouvir, uma vez que está próximo de nós. Nesse sentido, as palavras “que estais nos céus” significam “que estais nos santos”, nos quais Deus habita, segundo o profeta Jeremias: “Mas vós, Senhor, estais entre nós” (*Jr* 14, 9). Os santos, com efeito, recebem <nas Escrituras> o nome de “céus”, segundo o salmo: “Narram os céus a glória de Deus” (*Sl* 18, 2). Ora, Deus habita nos santos pela (i) *fé*, como testemunha a Epístola aos Efésios: “Que Cristo habite pela fé em vossos corações” (*Ef* 3, 17); pela (ii) *caridade*: “Quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele” (*1Jo* 4, 16); e pela (iii) *observância* dos Mandamentos:

“Se alguém me ama, guardará a minha palavra e meu Pai o amará, e nós viremos a ele e nele faremos a nossa morada” (Jo 14, 23).

c) *Terceiro*, a expressão “que estais nos céus” pode referir-se à capacidade que tem Deus de nos ouvir, de modo que por “céus” se entenda o céu físico, não no sentido de estar Deus encerrado nos céus corpóreos, pois “o céu e os céus dos céus não vos podem conter” (1Rs 8, 27), mas a fim de conotar que ele é (i) *penetrante* em seu olhar, pois do alto tudo contempla, segundo o salmo: “Porque o Senhor olhou do alto do seu santuário” (Sl 101, 20); (ii) *sublime* em seu poder: “No céu estabeleceu o Senhor o seu trono” (Sl 102, 19); e (iii) *estável* em sua eternidade: “Vós, porém, Senhor, sois eterno” (Sl 101, 13) e “vossos anos não têm fim” (v. 28), o que também é dito nos salmos em referência a Cristo: “Seu trono terá a duração dos céus” (Sl 88, 30). E o Filósofo afirma em I *Sobre o Céu* que, devido à sua incorruptibilidade, todos consideram o céu morada de espíritos.⁸

8. Três motivos para confiar. — As palavras “que estais nos céus”, portanto, transmitem-nos um *tríplice* motivo para orarmos com confiança, a saber: quanto ao *poder* divino, à *familiaridade* daquele a quem se pede e à *conveniência* do pedido.

a) O *poder* daquele a quem se pede está aqui implicado, se por “céus” entendermos os céus corpóreos. Ora, ainda que Deus não esteja contido em nenhum lugar físico, como está escrito: “Porventura não enche a minha presença o céu e a terra?” (Jr 23, 24), dizemos, em todo o caso, que ele está presente nos céus corpóreos, a fim de expressar duas coisas: de um lado, a extensão do seu poder e, de outro, a sublimidade de sua natureza. (i) Afirmamos, pois, a *extensão* do poder divino contra os que opinam que tudo ocorre por necessidade em virtude <do movimento> dos corpos celestes. Ora, segundo essa opinião, seria inútil pedir a Deus qualquer coisa. Isso, porém, é absurdo, uma vez que Deus está nos céus como

Senhor do firmamento e das estrelas: “Nos céus estabeleceu o Senhor o seu trono” (Sl 102, 19), como diz o salmo. (ii) Referimo-nos ainda à sublimidade de sua *natureza* contra os que, na oração, imaginam a Deus sob figuras e imagens corpóreas. Dizemos, pois, que ele está nos céus, a mais elevada das coisas sensíveis, a fim de expressar que a transcendência divina tudo excede, inclusive o desejo e entendimento humanos. Por isso, tudo quanto se possa pensar ou querer está aquém da grandeza de Deus. É por isso que se diz no Livro de Jó: “Deus é grande demais para que o possamos conceber” (Jó 36, 26), nos salmos: “O Senhor é excelso sobre todos os povos” (Sl 112, 4), e em Isaías: “A quem poderíeis comparar Deus?” (Is 40, 18).

b) A *familiaridade* de Deus, por sua vez, aqui está compreendida, se a palavra “céus” for tomada no sentido de “santos”. Com efeito, muitos disseram que, por ser altíssimo, Deus não se ocupa dos problemas humanos. No entanto, cumpre levar em consideração que ele não só está perto, mas intimamente próximo de nós,⁹ já que os céus em que ele habita são os santos, <no dizer das Escrituras>: “Narram os céus a glória de Deus” (Sl 18, 2); “Mas vós, Senhor, estais entre nós” (Jr 14, 9). Ora, isso inspira aos que rezam uma dupla confiança, baseada (i) na *proximidade* de Deus, como diz o salmo: “O Senhor se aproxima dos que o invocam” (Sl 144, 18) e o Evangelho: “Quando orares, entra no teu quarto” (Mt 6, 6), ou seja, no teu coração; e (ii) no *patrocínio* dos outros santos, por cuja intercessão podemos conseguir o que pedimos, como se lê em Jó: “Chama, pois, algum defensor” (Jó 5, 1) e em São Tiago: “Orai uns pelos outros para serdes curados” (Tg 5, 16).

c) A oração torna-se também *conveniente* e idônea graças à expressão “que estais nos céus”, na medida em que o termo “céus” designa os bens espirituais e eternos em que consiste a bem-aventurança. E isso por *duas* razões. Em *primeiro* lugar, porque assim somos (i) *estimulados* a desejar

as coisas celestes. Com efeito, o nosso desejo deve inclinar-se para onde o nosso Pai se encontra, pois é ali que está guardada a nossa herança: “Buscai as coisas lá do alto” (Cl 3, 1), <renascidos>, nas palavras de São Pedro, “para uma herança imarcescível, reservada nos céus” (IPd 1, 4).¹⁰ Em *segundo*, porque assim (ii) somos *instruídos* a levar uma vida celeste, a fim de nos assemelharmos ao Pai que está nos céus: “Qual o homem celestial, tais os homens celestiais” (1Cor 15, 48). E estas duas coisas, o desejo e a vida celestes, fazem-nos idôneos para pedir e tornam conveniente a nossa oração.

Os sete pedidos

Art. 1. “Santificado seja o vosso nome”¹¹

9. O nome de Deus e suas propriedades. — Esta é a primeira petição, na qual se pede que o nome de Deus se manifeste em nós e seja <por nós> anunciado.

a) Ora, o nome de Deus é, em *primeiro* lugar, admirável, pois em todas as criaturas opera maravilhas, como diz o Senhor no Evangelho segundo Marcos: “Expulsarão os demônios em meu nome, falarão novas línguas, manusearão serpentes e, se beberem algum veneno mortal, não lhes fará mal” (*Mc* 16, 17).

b) O nome de Deus, em *segundo* lugar, é digno de ser amado. Lê-se, com efeito, nos Atos dos Apóstolos: “Debaixo do céu nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual devamos ser salvos” (*At* 4, 12). A salvação, de fato, deve ser amada por todos. Temos disso um exemplo no que se conta do bem-aventurado Inácio, o qual tanto amor teve ao nome de Cristo que, instado por Trajano a negá-lo, respondeu <ao imperador> que esse nome nunca lhe sairia dos lábios. Como <o tirano> ameaçasse cotar-lhe a cabeça e, assim, tirar-lhe da boca o nome do Senhor, Inácio contestou que, ainda que lho retirasse dos lábios, jamais lho poderia arrancar do coração: “Trago o nome de Cristo impresso em meu coração”, disse, “e por isso não tenho como deixar de o invocar”. Tendo-o ouvido, e ansioso por saber se era verdade o que dizia, Trajano mandou decapitá-lo e, feito isso, que se lhe extraísse o coração, no qual

viu inscrito em letras douradas o nome de Cristo, que <o santo> ali gravara como um selo.

c) O nome de Deus, em *terceiro* lugar, é venerável, como diz o Apóstolo: “Para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho no céu, na terra e nos infernos” (*Fl* 2, 10): no *céu*, quanto aos anjos e bem-aventurados; na *terra*, quanto aos que neste mundo querem alcançar a glória ou evitar a pena; nos *infernos*, quanto aos condenados, que se dobram por temor <ao nome de Cristo>.

d) *Por fim*, o nome de Deus é inefável, pois língua nenhuma é capaz de o exprimir. Daí que <as Escrituras> o expliquem algumas vezes por referência às coisas criadas. Assim, *v.gr.*, Deus é chamado (i) *pedra* em razão da sua firmeza, como se lê em São Mateus: “Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (*Mt* 16, 18); (ii) *fogo*, em razão da sua virtude purgativa, pois do mesmo modo que o fogo purifica os metais, assim também Deus purifica o coração dos pecadores: “O Senhor vosso Deus é um fogo devorador” (*Dt* 4, 24); (iii) *luz*, devido ao seu poder de iluminação, pois assim como a luz ilumina as trevas, assim também o nome de Deus dissipa as trevas da inteligência: “Sois vós que dissipais as minhas trevas” (*Sl* 17, 29).

10. Em que sentido algo é “santo”. — Assim sendo, pedimos que o nome de Deus seja proclamado, a fim de ser conhecido e tratado santamente.

Ora, o termo “santo” admite *três* significados:

a) Designa, em *primeiro* lugar, o mesmo que “firme” ou “duradouro”. Nesse sentido, chamamos santos a todos os bem-aventurados que estão no céu, já que foram confirmados na felicidade eterna. Os que se encontram no mundo não podem ser santos, <nesta acepção>, pois é variável a sua condição, como Agostinho confessa: “Afastei-me de vós, Senhor, e vaguei sem rumo; desviei-me do caminho da vossa estabilidade”.¹²

b) “Santo” significa, *além disso*, o mesmo que “não terreno”. Os santos do céu, de fato, não têm afeição alguma às coisas terrenas, como diz São Paulo: “Tudo desprezei e tenho em conta de esterco, a fim de ganhar Cristo” (*Fl* 3, 8). Já por “terra” designam-se os pecadores. (i) *Primeiro*, em razão do cultivo, pois a terra, se não é trabalhada, produz espinhos e abrolhos; assim também a alma do pecador, se não for cultivada pela graça, não produzirá senão cardos e punções de pecados, <segundo o castigo do Senhor>: “Ela te produzirá espinhos e abrolhos” (*Gn* 3, 18). (ii) *Segundo*, por causa da sua coloração escura; a terra, de fato, é caliginosa e opaca, assim como o pecador: “As trevas cobriam o abismo” (*Gn* 1, 2). (iii) *Terceiro*, devido à sua condição natural, pois a terra é um elemento seco, que tende a pulverizar-se se não for humedecido pela água. Ora, Deus pôs a terra justamente sobre a água, como diz o salmo: “Ele estendeu a terra sobre as águas” (*Sl* 135, 6), porque com a humidade da água se contém a aridez ou secura da terra. Igualmente, o pecador tem a alma árida e seca, segundo o salmo: “Minha alma, como terra árida, tem sede de vós” (*Sl* 142, 6).

c) A palavra “santo” significa, *por último*, o mesmo que “tinto de sangue”. Os santos que estão no céu assim são chamados por se terem tingido de sangue. <É a eles que se refere o> Apocalipse: “Esses são os sobreviventes da grande tribulação; lavaram suas vestes e as alvejaram no sangue do Cordeiro” (*Ap* 7, 14); e noutro lugar: “Lavou-nos dos nossos pecados no seu sangue” (*Ap* 1, 5).

Art. 2. “Venha a nós o vosso Reino”

11. O dom de piedade. — O Espírito Santo, como foi dito, nos faz amar, querer e pedir retamente, e o *primeiro* dom que ele nos infunde é o temor, pelo qual buscamos que o nome de Deus seja santificado; o *segundo* é a piedade, a qual consiste propriamente numa doce e devota

afeição ao Pai e a todo homem necessitado. De fato, sendo Deus nosso Pai, devemos, como é evidente, não apenas temê-lo e reverenciá-lo, mas ter por ele um doce e piedoso afeito. É esse afeto que nos faz pedir que venha o Reino de Deus, como escreve São Paulo: “Vivamos neste século sóbria, justa e piamente, aguardando a esperança bem-aventurada e a vinda gloriosa do nosso grande Deus” (*Tt* 2, 12s).

12. O que se entende por “Reino”? — No entanto, poderíamos perguntar-nos: se o Reino de Deus existe desde sempre, por que pedimos sua vinda? Quanto a isso, deve-se dizer que esta petição pode ser entendida em *três* diferentes sentidos:

a) Em *primeiro* lugar, diz-se que um rei tem por vezes apenas direito ao reino ou às suas posses, e o seu domínio ainda não se verifica *de fato*, pois os homens do seu reinado ainda não lhe obedecem. O domínio <de tal rei> se tornará visível quando os seus súditos passarem a obedecer-lhe efetivamente. Ora, Deus é por si e por natureza o Senhor de todas as coisas, e Cristo, por ser Deus, e inclusive enquanto homem, tem a prerrogativa de ser o Senhor do universo, como diz o profeta Daniel: “A ele foram dados império, glória e realeza” (*Dn* 7, 14). Por conseguinte, é necessário que todas as coisas lhe estejam sujeitas. Isso, porém, ainda não se verifica, mas há de suceder no Fim dos Tempos, pois “é necessário que ele reine, até que ponha todos os inimigos debaixo de seus pés” (*1Cor* 15, 25). E por isso pedimos e dizemos: “Venha a nós o vosso reino”.

E pedimo-lo com vista a *três* coisas: para que (i) os justos se convertam, (ii) os pecadores sejam punidos e (iii) a morte, destruída.

Com efeito, os homens se encontram submetidos a Cristo de dois modos: voluntária ou involuntariamente. Pois bem, a vontade de Deus é tão eficaz que não há como não ser cumprida à risca. Ora, Deus quer que tudo se submeta a Cristo. Por conseguinte, é necessário que se dê uma

de duas: *ou* que o homem cumpra a vontade de Deus submetendo-se aos seus Mandamentos, como fazem os justos, *ou* que Deus a faça cumprir-se como punição contra os <desobedientes>, como sucederá no Fim dos Tempos com os pecadores e os inimigos de Deus: “Até que eu faça de teus inimigos o escabelo de teus pés” (*Sl* 109, 1). Por isso, aos santos foi dado pedir que venha o Reino de Deus, já que a ele se submetem por inteiro; mas isso causa horror aos pecadores, para quem pedir a vinda do Reino de Deus é o mesmo que querer sujeitar-se às penas estabelecidas pela vontade de Deus: “Ai daqueles que desejam ver o dia do Senhor!” (*Am* 5, 18).

Ademais, com a vinda do Reino também é destruída a morte. De fato, uma vez que Cristo é a vida (cf. *Jô* 14, 6), em seu reino não pode haver morte, que é o contrário da vida. Por isso se diz: “O último inimigo a derrotar será a morte” (*1Cor* 15, 26), o que acontecerá na ressurreição: “Transformará nosso mísero corpo, tornando-o semelhante ao seu corpo glorioso” (*Fl* 3, 21).

b) O Reino dos céus, em *segundo* lugar, significa a glória do paraíso. O que tampouco é de admirar, pois um reino não é outra coisa senão um governo. Ora, o melhor governo é aquele em que nada se faz que seja contrário à vontade do governante. Mas a vontade de Deus é a salvação dos homens, pois ele quer que todos se salvem (cf. *1Tm* 2, 4); e isso há de acontecer no paraíso, onde não haverá nada que se oponha à salvação dos homens, pois de lá serão retirados “todos os escândalos” (*Mt* 13, 41). Neste mundo, porém, existem muitos males que põem em perigo a nossa salvação. Por isso, quando rezamos “Venha a nós o vosso Reino”, pedimos a Deus que nos faça participantes do Reino celeste e da glória do paraíso.

Esse Reino, por sua vez, é desejável sob *três* aspectos.

Primeiro, devido à (i) *justiça* que nele impera: “Teu povo”, diz o profeta, “será um povo de justos” (*Is* 60, 21). Ora, no mundo, os maus vivem

no meio dos bons; mas no Reino não haverá <homem> mau nem pecador. *Segundo*, por causa da (ii) *perfeitíssima liberdade* <de que ali se goza>. Com efeito, ainda que todos naturalmente a desejem, aqui não há liberdade; no Reino, porém, haverá liberdade absoluta, imune a toda servidão: “O mundo será livre da sujeição à corrupção” (*Rm* 8, 21). E lá todos serão não apenas livres, mas reis: “Fizeste para nosso Deus um reino” (*Ap* 5, 10). A razão disso é que a vontade de todos se identificará com a de Deus, de maneira que Deus há de querer o que querem os santos, e os santos, o que aprovar a Deus. Disso se segue que a vontade deles se há de cumprir com a vontade de Deus e, por isso, todos reinarão, pois uma só será a vontade de todos, e um só Senhor lhes servirá de coroa: “Naquele dia o Senhor dos exércitos será uma coroa resplandecente, um diadema esplêndido para o resto do seu povo” (*Is* 28, 5). *Terceiro*, em virtude da (iii) *abundância de suas riquezas*: “Olho nenhum viu, ó Deus, além de vós, o que preparastes para os que vos esperam” (*Is* 64, 4; cf. *Sl* 30, 20; *1Cor* 2, 9); “É ele quem cumula de benefícios a tua vida” (*Sl* 102, 5).

Note-se, ademais, que <no Reino> o homem encontrará em Deus, de modo excelente e perfeito, tudo o que busca neste mundo. Se estás à procura de prazer, em Deus acharás o maior dos deleites; se buscas riquezas, lá te será dada a suficiência de que todas as coisas derivam o seu atrativo; e assim com todos os demais bens. Pois, como diz Agostinho, “a alma se prostitui quando, apartando-se de vós, busca fora de vós o que não pode encontrar puro e límpido, a são ser que retorne para vós”.¹³

c) Num *terceiro* sentido, entendemos que neste mundo reina o pecado, o que se dá quando o homem está disposto de modo tal, que segue prontamente sua tendência a pecar, como diz o Apóstolo: “Não reine, pois, o pecado em vosso corpo mortal” (*Rm* 6, 12), mas seja Deus quem reine no vosso coração, como diz o profeta Isaías: “Sião, teu Deus reinará!” (*Is* 52, 7). Ora, o homem permite que Deus reine em seu coração quando se

dispõe a obedecer-lhe e guardar-lhe todos os Mandamentos. Portanto, ao pedirmos a vinda do Reino, suplicamos <a Deus> que seja ele, e não o pecado, que reine nós.

13. O fruto dessa petição. — Alcançaremos por meio desse pedido a bem-aventurança de que fala o Evangelho segundo Mateus: “Bem-aventurados os mansos” (*Mt* 5, 4). Isso porque, de acordo com a *primeira* explicação (cf. 12, *a*), segundo a qual o homem deseja que Deus seja o Senhor de todas as coisas, tu não presumes vingar-te das injúrias que te são feitas, mas deixas que ele se encarregue <da justiça e da vingança> (cf. *Rm* 12, 19s; *Dt* 32, 35), pois se o pretendesses fazer, não ousarias pedir que viesse o seu Reino. De acordo com a *segunda* explicação (cf. 12, *b*), se esperas a vinda do Reino de Deus, que é a glória do paraíso, não debes preocupar-te com a perda dos bens mundanos. Igualmente, como diz a *terceira* explicação (cf. 12, *c*), se pedes que em Deus em ti reine junto com Cristo, o mais pacífico <dos homens>, então também tu hás de ser manso: “Recebei minha doutrina, porque sou manso” (*Mt* 11, 29), <aceitando> “com alegria”, como diz o Apóstolo, “a confiscação dos vossos bens” (*Hb* 10, 34).

Art. 3. “Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu”

14. O dom de ciência. — O *terceiro* dom que o Espírito Santo infunde em nós chama-se dom de ciência. De fato, o Espírito Santo não apenas infunde nos bons o dom de temor e o dom de piedade, que é um doce afeto por Deus — como antes foi dito —, mas também torna o homem sábio. E isso, pedia-o Davi no salmo em que diz: “Ensina-me o sentido reto e a ciência” (*Sl* 118, 66). E esta ciência, ensinada a nós pelo Espírito Santo, é a que faz o homem viver retamente. Pois bem, entre tudo o que contribui para a ciência e sabedoria humanas, o principal é que o

homem não se apoie no próprio critério: “Não te firmes em tua própria sabedoria” (*Pr* 3, 5), pois os que confiam em si mesmos a ponto de, apegados à própria opinião, não darem fé a ninguém mais, são sempre insensatos e tidos como tais: “Tu tens visto um homem que se julga sábio? Há mais a esperar de um tolo do que dele” (*Pr* 26, 12).

15. A sabedoria nasce da humildade. — Ora, que o homem não se fie de si mesmo é algo que provém da humildade, porque a sabedoria, <como diz um provérbio>, “mora com os humildes” (*Pr* 11, 2), e os soberbos, pelo contrário, confiam excessivamente em si mesmos. Por conseguinte, ensina-nos o Espírito Santo por meio do dom de ciência a fazer, não a nossa, mas a vontade de Deus. É graças a este dom que pedimos a Deus que seja feita a sua vontade assim na terra como no céu. E nisto se manifesta o dom de ciência. Por isso, pedir a Deus deste modo que se faça a sua vontade equivale, *v.gr.*, ao caso de um doente que pede ao médico algum remédio, não por querer o remédio em si mesmo, mas por querê-lo o médico; do contrário, se quisesse apenas o que é do seu agrado, seria um tolo. Assim, não devemos pedir a Deus senão que ele faça conosco o que bem quiser, isto é, que a sua vontade se cumpra em nós.

16. A retidão de coração. — Pois bem, o coração humano é reto quando se conforma à vontade divina, tal como Cristo fez: “Desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou” (*Jo* 6, 38), porque, enquanto Deus, Cristo tem com o Pai a mesma vontade; mas, enquanto homem, tem uma vontade diferente da dele. É segundo essa vontade <humana> que ele diz fazer, não a sua, mas a vontade do Pai. E por isso nos ensinou a rezar e pedir: “Seja feita a vossa vontade”.

17. Qual é a vontade de Deus? — Mas o que é, afinal, que estamos a pedir? Acaso não diz o salmo que Deus “faz tudo o que lhe apraz” (*Sl* 113, 9)? Ora, se ele faz tudo o que deseja, tanto na terra como no céu, por que lhe pedimos que seja a feita a sua vontade?

Para esclarecer esse ponto, cumpre saber que Deus quer de nós *três* coisas, e são elas o objeto desse pedido:

a) A *primeira* é que tenhamos a vida eterna (cf. *Jo* 3, 16; 10, 10). Com efeito, quem faz alguma coisa com vista a certo fim, quer alcançar o fim pelo qual fez tal coisa. Ora, Deus criou o homem, mas não sem um propósito, pois — como está escrito — “Acaso criastes em vão os filhos dos homens?” (*Sl* 88, 48). Portanto, Deus fez os homens tendo em vista um fim determinado, o qual, porém, não são os prazeres sensíveis, porque também os animais os têm, mas a vida eterna. Logo, o Senhor quer que o homem tenha a vida eterna. Pois bem, dizemos que uma coisa é “salva” quando cumpre a finalidade para a qual foi feita; dizemos, ao contrário, que ela “se perde”, quando não a cumpre. Mas Deus fez o homem por causa da vida eterna. Por conseguinte, o homem se salva quando alcança a vida eterna, e é isso o que o Senhor deseja: “Esta é a vontade de meu Pai: que todo aquele que vê o Filho e nele crê, tenha a vida eterna” (*Jo* 6, 40). Ora, essa vontade já foi cumprida nos anjos e santos da pátria, porquanto veem a Deus, conhecem-no e dele gozam. Nós, porém, desejamos que a vontade Deus, assim como foi cumprida nos bem-aventurados que estão no céu, assim também se cumpra nos que estamos na terra. É isso que pedimos quando oramos: “Seja feita a vossa vontade” em nós que estamos na terra, assim como <foi feita> nos santos que estão no céu.

b) Deus quer, em *segundo* lugar, que guardemos os seus Mandamentos. Quando alguém deseja algo, quer não só aquilo que deseja, mas todos os meios para alcançá-lo. O médico, *v.gr.*, a fim de produzir saúde, quer também a dieta, o medicamento e o que mais for necessário prescrever. Pois bem, Deus quer que tenhamos a vida eterna. Ora, se “queres entrar na vida”, diz o Senhor, “observa os Mandamentos” (*Mt* 19, 17). Deus quer, por conseguinte, que guardemos os Mandamentos. “É este o vosso culto espiritual”, como diz o Apóstolo, “para que possais discernir qual

é a vontade de Deus, o que é bom, o que lhe agrada e o que é perfeito” (*Rm* 12, 1s): (i) o que é *bom*, por ser útil: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te dá lições salutares” (*Is* 48, 17); (ii) o que lhe *agrada*, ainda que não aos outros, por ser deleitável a quem <o> ama: “A luz resplandece para o justo, e a alegria é concedida ao homem de coração reto” (*Sl* 96, 11); (iii) o que é *perfeito*, por ser honesto: “Portanto, sede perfeitos, como o vosso Pai celeste é perfeito” (*Mt* 5, 48).

Assim, pois, quando dizemos “seja feita a vossa vontade”, pedimos que observemos os Mandamentos de Deus. Ora, essa vontade de Deus cumpre-se nos justos, mas não ainda nos pecadores. Os justos, com efeito, são figurados pelo céu, e os pecadores pela terra. Portanto, pedimos que seja feita a vontade de Deus “assim na terra”, isto é, nos pecadores, “como no céu”, quer dizer, nos justos.

Cumpra observar, além disso, que o modo como se enuncia esse pedido também nos transmite um ensinamento. De fato, não dizemos “faizei” nem “façamos”, mas “seja feita a vossa vontade”, pois duas coisas são necessárias para <conseguir> a vida eterna: a *graça divina* e a *vontade humana*. Conquanto Deus tenha criado o homem sem o homem, não o justifica sem ele: “Quem te criou sem ti”, comenta Agostinho, “não te há de justificar sem ti”,¹⁴ pois quer que o homem coopere, <segundo o testemunho das Escrituras>: “Voltai a mim, e eu voltarei a vós” (*Zc* 3, 1); “Pela graça de Deus, sou o que sou, e a graça que ele me deu não tem sido inútil” (*1Cor* 15, 10). Não te fies, portanto, de ti mesmo, mas confia na graça de Deus; tampouco sejas negligente, mas esforça-te no que te cabe. Eis por que <na oração do Senhor> não se diz nem “façamos”, para que não se dê a entender que a graça de Deus é desnecessária, nem “faizei”, para não excluir a nossa vontade e cooperação, mas “seja feita”, isto é, pela graça de Deus com o nosso esforço e empenho.

c) Deus quer, em *terceiro* lugar, que ser humano seja restabelecido no estado e na dignidade em que foi criado o primeiro homem, em cuja condição a carne e a sensualidade não se opunham ao espírito e à alma. Com efeito, enquanto a alma <de Adão> permaneceu submissa a Deus, a sua carne esteve de tal modo sujeita ao espírito que se viu imune à corrupção da morte, às enfermidades e às outras paixões. Mas como o espírito e a alma, que estavam entre a carne e Deus, se rebelassem contra Deus pelo pecado, o corpo rebelou-se contra a alma, e assim a morte e as doenças passaram a afligi-lo, e o homem começou a sentir a contínua rebeldia que a sensualidade opõe ao espírito: “Sinto, porém, nos meus membros outra lei, que luta contra a lei do meu espírito” (*Rm* 7, 23); “Os desejos da carne se opõem aos do espírito, e estes aos da carne” (*Gl* 5, 17). Assim sendo, há uma luta contínua entre a carne e o espírito, e o homem é incessantemente corrompido pelo pecado. Deus quer, por conseguinte, que o homem seja elevado outra vez ao estado originário, de sorte que em sua carne não haja nada de contrário ao espírito: “Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação” (*1Ts* 4, 3).

No entanto, essa vontade de Deus não pode ser cumprida nesta vida, mas o será na ressurreição dos santos, quando os corpos ressurgirem gloriosos, incorruptíveis e enobrecidos, como diz o Apóstolo: “Semeia-se na ignomínia, ressuscitará glorioso” (*1Cor* 15, 43). Mas, <ainda assim>, Deus o quer ver realizado no *espírito* dos justos <da terra> por meio da justiça, da ciência e da vida. Por isso, ao dizermos “Seja feita a vossa vontade”, pedimos que se cumpra também na *carne* o que já se cumpriu no espírito, uma vez que, desse ângulo, por “céu” entendemos o espírito e por “terra”, a nossa carne. De modo que o sentido <deste terceiro pedido> é: “Seja feita a vossa vontade assim na terra”, isto é, em nossa carne, “como” ela já é feita “no céu”, ou seja, em nosso espírito pela justiça.

18. O fruto dessa petição. — Por esse pedido alcançamos a bem-aventurança dos que choram, como se lê em São Mateus: “Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados” (*Mt* 5, 4). E isso quanto a qualquer uma das três explicações <anteriores>. Pois, de acordo com a *primeira* (cf. 17, *a*), desejamos a vida eterna e, por quisermos possuía-la, comovemo-nos até as lágrimas: “Ai de mim, pois se tem prolongando o meu desterro” (*Sl* 119, 5). E esse desejo é tão intenso nos santos que, por causa dele, chegam a querer a morte, à qual naturalmente fugimos: “Estamos, repito, cheios de confiança, preferindo ausentar-nos deste corpo para ir habitar junto do Senhor” (*2Cor* 5, 8). Igualmente, de acordo com a *segunda* (cf. 17, *b*), os que guardam os Mandamentos <de algum modo> estão de luto, porque, embora sejam doces para a alma, os Mandamentos são desagradáveis para a carne, que é a todo instante mortificada, como diz o salmo: “Na ida, caminham chorando”, em relação à carne; “na volta, virão com alegria” (*Sl* 125, 6), em relação à alma. De acordo com a *terceira* explicação (cf. 17, *c*), da luta constante entre a carne e espírito nasce a angústia. Ora, não pode suceder que <nessa luta> a alma não seja ferida pelos pecados veniais a que é induzida pela carne, e por isso, a fim de os expiar, ela geme de arrependimento, <a exemplo de Davi>: “Todas as noites”, isto é, na escuridão do pecado, “banho de pranto a minha cama” (*Sl* 6, 7), ou seja, a minha consciência. E os que assim se lamentam chegam à pátria, à qual Deus se digne conduzir-nos.

Art. 4. “O pão nosso de cada dia nos dai hoje”

19. O dom de fortaleza. — Muitas vezes acontece de alguém tornar-se tímido <ou receoso> apesar de sua grande ciência e sabedoria, e por isso lhe é necessário ter fortaleza de coração, para que não sucumba nos momentos de necessidade: “Dá forças ao homem acabrunhado, redobra o vigor dos fracos” (*Is* 40, 29). Ora, é o Espírito Santo quem dá

tal fortaleza: “Entrou o espírito em mim, e me fez ficar de pé” (Ez 2, 2). Essa fortaleza dada pelo Espírito Santo faz com que o coração humano não fraqueje por medo das coisas necessárias <à vida>, mas creia firmemente que Deus lhe há de conceder o quanto for preciso. Por isso, o Espírito Santo, que dá essa fortaleza, ensina-nos a pedir a Deus: “O pão nosso de cada dia nos dai hoje”. Eis por que é chamado <pele profeta> Espírito de fortaleza (cf. Is 11, 2).

20. A divisão dos pedidos. — Há que ter em mente que nos três pedidos anteriores pedem-se <certos> bens espirituais cuja posse, embora comece já neste mundo, só será perfeita na vida eterna. De fato, ao pedirmos que o *nome* de Deus seja santificado, pedimos que a sua santidade seja conhecida; quando pedimos a *vinda* do Reino de Deus, pedimos que nos tornemos partícipes da vida eterna; ao orarmos, enfim, para que seja feita a *vontade* de Deus, pedimos que se cumpra em nós a sua vontade. Tudo isso, porém, ainda que tenha início neste mundo, não pode ser possuído de modo perfeito senão na vida eterna. Por isso, foi necessário <que o Senhor nos ensinasse também> a pedir alguns bens necessários cuja posse perfeita é possível na vida presente. Eis por que Espírito Santo ensinou a pedir as coisas necessárias à vida presente, que podem aqui ser possuídas de modo pleno, manifestando assim, ao mesmo tempo, que Deus nos providencia inclusive bens temporais. É este o sentido do pedido: “O pão nosso de cada dia nos dai hoje”.

21. Cinco pecados a serem evitados. — Ora, nestas palavras <o Espírito Santo> ensinou-nos a evitar os *cinco* pecados que se costumam cometer por desejo de coisas temporais.

a) O *primeiro* pecado consiste em que o homem, <movido> por um apetite imoderado e insatisfeito com o que lhe convém, aspira ao que está acima de seu estado e condição. Assim, se for ele um soldado, *v.gr.*, desejará vestir-se não como soldado, mas como oficial; não como padre, se o

for, mas como bispo. Esse vício afasta os homens das coisas espirituais, porquanto o desejo deles está excessivamente apegado às coisas temporais. Por isso, o Senhor nos ensinou a evitá-lo instruindo-nos a pedir somente pão, ou seja, o que é necessário à vida presente, segundo a condição de cada um, já que sob a figura do pão estão representados todos os bens necessários <a esta vida>.

Eis por que nos ensinou a pedir, não o que é de gosto fino, com variedade e requinte, mas somente pão, sem o qual o homem não pode viver e que é <um alimento> comum a todos: “O principal para a vida do homem é a água e o pão” (*Eclo* 29, 28); “Tendo alimento e vestuário, contentemo-nos com isto” (*1Tm* 6, 8).

b) O *segundo* pecado consiste em que alguns, na aquisição de coisas temporais, oneram e defraudam os outros. Esse vício é muito perigoso, porque é difícil restituir os bens subtraídos. Ora, não se perdoa o pecado <de roubo>, segundo Agostinho,¹⁵ a não ser que se devolva a coisa roubada. O Senhor nos ensinou a evitar esse vício instruindo-nos a pedir o pão nosso, e não o de outrem. Pois são ladrões os que comem do pão alheio, e não do próprio.

c) O *terceiro* é o afã pelo supérfluo. De fato, há pessoas que nunca estão satisfeitas com o que têm, mas querem sempre algo mais. O que, certamente, é desordenado, já que a medida do desejo há de ser a necessidade: “Não me dês nem pobreza nem riqueza”, <diz um provérbio>, “concede-me o pão que me é necessário” (*Pr* 30, 8). E isso o Senhor nos recomenda evitar, quando diz: “O pão nosso de cada dia”, ou seja, de um só dia ou jornada.

d) O *quarto* vício é a avidez imoderada. Há os que querem comer em um dia o que seria suficiente para muitos; estes pedem, não o pão de cada dia, mas o de dez e, por gastarem em excesso, acabam consumindo

tudo o que possuem: “O ébrio e o glutão se empobrecem” (*Pr* 23, 21); “O empregado dado ao vinho não enriquecerá” (*Eclo* 19, 1).

e) O *quinto* vício é a ingratidão. Com efeito, é um grande mal ensoberbecer-se por causa das riquezas e não reconhecer que vem de Deus tudo o que se tem. Ora, tudo o que possuímos, sejam bens espirituais ou temporais, vem-nos de Deus: “Tudo vem de vós e não oferecemos senão o que temos recebido de vossa mão” (*1Cr* 29, 14). É por isso que, a fim de remover esse vício, <a oração> diz: “Dai-nos” também “o pão nosso”, para assim reconhecermos que tudo o que temos provém de Deus.

22. O perigo das riquezas. — Disso podemos tirar a seguinte lição. Às vezes, quem possui muitas riquezas não encontra nelas nenhuma utilidade, mas, pelo contrário, acaba sofrendo algum prejuízo espiritual e temporal. De fato, há pessoas que já se arruinaram por causa das riquezas: “Vi um mal debaixo do sol”, <palavras do Eclesiastes>, “que calca pesadamente o homem. Isto é, um homem a quem Deus deu sorte, riquezas e honras; nada que possa desejar lhe falta, mas Deus não lhe concede o gozo, reservando-o a um estrangeiro” (*Ecl* 6, 1). Trata-se das “riquezas que um possuidor guarda para sua desgraça” (*Ecl* 5, 12). Devemos, pois, pedir que as nossas riquezas nos sejam proveitosas. É isso o que pedimos, quando dizemos: “Dai-nos o pão nosso”, ou seja, fazei que os nossos bens sejam úteis: “Esse alimento se transformará em suas entranhas, e se converterá em fel de áspides. Vomitará as riquezas que engoliu; Deus as fará sair-lhe do ventre” (*Jó* 20, 14s).

23. A preocupação excessiva. — Um outro vício que diz respeito às coisas do mundo é a excessiva preocupação com elas. Existem algumas pessoas que se afligem hoje pelos bens que lhe serão necessários dentro de dez anos. E os que assim se inquietam nunca estão em paz. “Não vos afligais, nem digais: Que comeremos? Que beberemos?” (*Mt* 6, 31). Por isso, o

Senhor nos ensina a pedir que o nosso pão nos seja dado hoje, ou seja, o que é necessário ao momento presente.

24. O pão eucarístico e o pão da palavra. — Ora, o pão <que pedimos> pode ser entendido em outros *dois* sentidos, a saber: como pão *sacramental* e como pão da *palavra* de Deus. (a) Pedimos, pois, o nosso pão *sacramental*, que é todos os dias consagrado na Igreja, para que, assim como recebemos no sacramento, assim ele nos seja dado como <penhor de> salvação: “Eu sou o pão vivo que desceu do céu” (*Jo* 6, 51); “Aquele que o come e bebe sem distinguir o corpo do Senhor, come e bebe a própria condenação” (*1Cor* 11, 29). (b) O outro pão é a *palavra* de Deus: “Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que procede da boca de Deus” (*Mt* 4, 4; cf. *Dt* 8, 3). Pedimos, portanto, que Deus nos dê o pão, isto é, a sua palavra.

25. O fruto dessa petição. — Isso gera no homem a bem-aventurança dos que têm fome de justiça (cf. *Mt* 5, 6), pois os bens espirituais, quanto mais os possuímos, mais os desejamos, e deste desejo nasce a fome, e da fome, a saciedade da vida eterna.

Art. 5. “Perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido”

26. O dom de conselho. — Homens há de grande sabedoria e fortaleza que, por confiarem muito na própria virtude, não agem sabiamente nem levam a cabo aquilo que se propõem: “Os projetos triunfam pelo conselho” (*Pr* 20, 18). Cumpre notar que o Espírito Santo, que dá fortaleza, dá também <o dom de> conselho, uma vez que todo bom conselho referente à salvação dos homens procede do Espírito Santo. Pois bem, o conselho é necessário ao homem nos momentos de tribulação, assim como são necessárias ao doente as recomendações do médico. Portanto, também o homem, quando se encontra espiritualmente enfermo pelo

pecado, deve buscar conselho para ser curado. Ora, que o conselho seja necessário ao pecador, mostram-no as palavras do profeta Daniel: “Que-rias então, ó rei, aceitar o meu conselho: redime-te de teus pecados pela esmola” (*Dn* 4, 24; cf. *Tb* 4, 11). O melhor conselho contra os pecados, portanto, são a esmola e a misericórdia, e por isso o Espírito Santo ensina os pecadores a pedirem e rezarem: “Perdoai-nos as nossas ofensas”.

27. Os direitos de Deus. — Ora, devemos a Deus aquilo que, sendo direito seu, lhe deixamos de dar. Ora, é direito de Deus que façamos a sua vontade, preferindo-a à nossa. Conseqüentemente, privamos a Deus de seu direito quando preferimos a nossa vontade à sua, e isso é pecado. Os pecados, portanto, são as nossas dívidas. Logo, é conselho do Espírito Santo que peçamos a Deus o perdão dos pecados, e por isso dizemos: “Perdoai-nos as nossas dívidas”.

28. Explicação do pedido. — Pois bem, sobre estas palavras podemos fazer *três* considerações. *Primeira*: por que fazemos esse pedido? *Segunda*: quando ele será realizado? *Terceira*: o que se nos exige para que ele se realize?

a) A RAZÃO DO PEDIDO. — Quanto ao *primeiro*, deve-se saber que podemos concluir desse pedido duas coisas necessárias aos homens nesta vida. A *primeira* é que (i) o homem seja sempre temente e humilde. De fato, houve <no passado> alguns homens¹⁶ tão presunçosos que chegaram a dizer que o ser humano é capaz de viver neste mundo evitando o pecado por suas próprias forças. Mas isto não foi dado a ninguém senão a Cristo, que teve o Espírito em plenitude, e à bem-aventurada Virgem, que foi cheia de graça e na qual não houve um só pecado, como diz Agostinho: “A ela”, quer dizer, à Virgem, “quando se trata de pecado, não quero fazer uma alusão sequer”.¹⁷ Quanto aos outros santos, a nenhum foi concedido que não incorresse ao menos em falta venial, pois “se dizemos que não temos pecado”, como afirma São João, “enganamo-nos a nós mesmos, e

a verdade não está em nós” (1Jo 1, 8). E prova-o também essa petição. É evidente, com efeito, que a todos os santos e homens <em geral> convém dizer o <mesmo> “Pai nosso” em que está contido o “Perdoai-nos as nossas dívidas”. Todos, portanto, reconhecem e confessam ser pecadores ou devedores. Se és, pois, um pecador, deves ser temente e humilde.

A *segunda* é que (ii) vivamos sempre com esperança, porque, embora sejamos pecadores, não devemos desesperar <da salvação>, a fim de que o desespero não nos leve a cometer outros e maiores delitos, como diz o Apóstolo na Epístola aos Efésios: “Indolentes, entregaram-se à dissolução, à prática apaixonada de toda espécie de impureza” (Ef 4, 19). Por consequência, é muito útil que sempre tenhamos esperança, pois o homem, por mais pecador que seja, deve esperar que, se se arrepender e converter perfeitamente, Deus lhe há de perdoar. Esta esperança é fortalecida em nós quando dizemos: “Perdoai-nos as nossas dívidas”. Os novacianos, ao contrário, deitaram por terra esta esperança ao dizerem que nunca poderia obter misericórdia quem houvesse pecado, <ainda que> uma única vez, depois do batismo. Essa opinião, contudo, não é verdadeira, se for verdade o que disse Cristo <na parábola do servo cruel>: “Eu te perdoei toda a dívida porque me suplicaste” (Mt 18, 32). Poderás, pois, obter misericórdia, quando quer que a peças, desde que supliques arrependido do teu pecado. Se, portanto, dessa petição nascem o temor e a esperança, pois todos os pecadores que se arrependem e confessam suas culpas obtêm misericórdia, vê-se por que razão ela é necessária.

b) A REALIZAÇÃO DO PEDIDO. — Quanto ao *segundo*, é preciso ter em mente que no pecado estão presentes dois elementos, a saber: (i) a *culpa* com que se ofende a Deus e (ii) a *pena* que é devida pela ofensa. Ora, a culpa é perdoada na contrição <perfeita>, que vem acompanhada do propósito de confessar-se e reparar <a ofensa pela penitência>, como canta o salmista: “Disse: “Sim, vou confessar ao Senhor a minha iniquidade”. E

vós perdoastes a pena do meu pecado” (*Sl* 31, 5). Portanto, não se deve perder a esperança, visto que a contrição com o propósito de confessar-se basta à remissão da culpa.

Mas quiçá pergunte alguém: se o pecado é perdoado por meio da contrição, para que é necessário o sacerdote?

Para responder a essa pergunta, há que ter presente que Deus perdoa a culpa na contrição, de forma que a pena eterna é comutada em <pena> temporal, à qual, não obstante, <o pecador> permanece submetido. Daí que se <tal pecador> morrer sem confissão, não por tê-la desprezado, mas por ter sido surpreendido <por uma morte repentina>, irá para o Purgatório, cuja pena, como diz Agostinho, é a maior de todas. Quando, pois, te confessas, o sacerdote te perdoa essa pena, em virtude do poder das chaves a que te submetes na confissão, pois disse Cristo aos Apóstolos: “Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhe-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhe-ão retidos” (*Jo* 20, 23s). Desse modo, quando alguém se confessa uma vez, perdoa-se-lhe uma parte da pena <temporal>, e o mesmo sucede ao confessar-se novamente, e poderia ele confessar-se várias outras vezes, até que se lhe perdoasse toda a pena.

Os sucessores dos Apóstolos, por sua vez, encontraram um outro modo de remir essa pena, a saber: o benefício das indulgências, que, <aplicadas> a quem está na caridade (isto é, em estado de graça), têm tanto valor quanto o que lhe atribui a autoridade que as instituiu. Ora, que o Papa tenha a faculdade de o fazer, é algo suficientemente claro. Com efeito, muitos santos realizaram muitas boas obras e não pecaram, ao menos mortalmente; e estas obras, eles as fizeram em proveito da Igreja. Do mesmo modo, o mérito de Cristo e da bem-aventurada Virgem está <reservado> como num tesouro. Donde se segue que o Sumo Pontífice e aqueles a quem ele o delegar têm o poder de dispensar tais méritos quando

for necessário. Por isso, os pecados são perdoados não somente quanto à culpa na contrição, mas também quanto à pena na confissão e por meio das indulgências.

c) O QUE NOS CABE. — Quanto ao *terceiro*, convém saber que, da nossa parte, se requer que perdoemos ao próximo as ofensas que ele nos fizer. É por isso que dizemos “assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, pois, de outro modo, Deus não nos perdoaria, <como adverte o Eclesiástico>: “Um homem guarda rancor contra outro homem, e pede a Deus a sua cura!” (*Eclo* 28, 3) e o Evangelho segundo Lucas: “Perdoais, e sereis perdoados” (*Lc* 6, 37). Eis por que apenas nesse pedido se põe uma condição: “*assim* como nós perdoamos aos nossos devedores”. Se, portanto, não perdoas <a quem te deve>, não te será perdoado <o que tu deves>.

Mas poderias dizer: “Pedirei a primeira parte, isto é: “Perdoai-nos”, mas passarei em silêncio a segunda: “assim como nós perdoamos aos nossos devedores”“. Assim pretendes enganar a Cristo? Com certeza não o enganas, porque Cristo, que fez essa oração, lembra-se muito bem dela, e por isso não pode ser enganado. Portanto, se a dizes com os lábios, que a cumpras com o coração.

Poder-se-ia perguntar ainda se aquele que não tem a intenção de perdoar ao próximo deve dizer “assim como nós perdoamos aos nossos devedores”. Parece que não o deve, dado que estaria mentindo. Deve-se dizer, no entanto, que ele não mentiria, na medida em que ora, não em nome próprio, mas no da Igreja, que não se engana. É por isso que este pedido está no plural. Ora, deve-se saber que o homem pode perdoar de dois modos. O *primeiro* é (i) próprio dos perfeitos e se dá quando é o ofendido que procura o ofensor: “Busca a paz e vai ao seu encalço” (*Sl* 33, 15). O *outro* é (ii) comum e obriga a todos e consiste em dar o perdão a quem o

pede: “Perdoa ao teu próximo o mal que te fez, e teus pecados serão perdoados quando o pedires” (*Eclo* 28, 2).

29. O fruto dessa petição. — Disso se segue outra bem-aventurança: “Bem-aventurados os misericordiosos” (*Mt* 5, 7). A misericórdia, com efeito, faz-nos ter compaixão do nosso próximo.

Art. 6. “E não nos deixeis cair em tentação”

30. Por que o pedimos? — Existem algumas pessoas que, embora tenham pecado, desejam conseguir o perdão de suas faltas. Por isso as confessam e se arrependem. No entanto, não envidam todo o esforço que deveriam para não cair outra vez em pecado. Isso, é claro, não é conveniente, pois são como quem, por um lado, chora arrependido de seus pecados e, por outro, volta a pecar e acumula ainda mais o que chorar. É por esta razão que se diz em Isaías: “Lavai-vos, limpai-vos, tirai da minha vista as injustiças que praticais. Parai de fazer o mal” (*Is* 1, 16). Por causa disso, como foi dito acima, Cristo nos ensinou a pedir na petição anterior o perdão dos pecados; nesta, ao dizer: “E não nos deixeis cair em tentação”, ensina-nos a pedir que os possamos evitar, isto é, que não sejamos induzidos à tentação pela qual caímos em pecado.

31. Explicação do pedido. — Ora, acerca <desse pedido> fazem-se três perguntas. *Primeira*: o que é a tentação? *Segunda*: de que modo e por quem somos tentados? *Terceira*: como nos livramos da tentação?

1.^a O QUE É A TENTAÇÃO? — Quanto à *primeira* pergunta, deve-se saber que <a ação de> tentar nada mais é do que experimentar ou pôr à prova. Nesse sentido, tentar o homem equivale a provar-lhe a virtude. Ora, a virtude de um homem pode ser posta à prova de duas maneiras, correspondentes às *duas* coisas que exige a virtude humana. A *primeira* diz respeito ao bem agir, visto que <a virtude> exige que o homem aja

corretamente. A *segunda* consiste em precaver-se do mal, <como ordena o salmo>: “Evita o mal e faz o bem” (Sl 33, 15). Por conseguinte, a virtude de um homem é provada, ora quanto à exigência do bem agir, ora quanto à exigência de não praticar o mal.

a) O homem é posto à prova quanto à *primeira* exigência a fim de descobrir-se se ele está disposto à prática do bem, como fazer jejum, por exemplo, e outras ações semelhantes. Grande, pois, é a tua virtude se te encontras pronto para o bem. Assim Deus prova o homem de quando em quando, não por lhe desconhecer a virtude, mas para que todos a reconheçam e tomem como exemplo. Foi desse modo que Deus tentou a Abraão (cf. Gn 22, 1) e a Jó (cf. Jó 1, 6-12). Por isso, Deus frequentemente envia tribulações aos justos para que, enquanto eles pacientemente as suportam, a sua virtude se manifeste e eles progredam na virtude: “É o Senhor vosso Deus que vos prova: ele quer saber se de fato amais ao Senhor” (Dt 13, 2). Assim sendo, Deus tenta <o homem> provocando-o a fazer o bem.

b) Quanto à *segunda*, a virtude de um homem é posta à prova quando ele é incitado a fazer o mal. Se ele resiste bravamente e não consente, então é grande a sua virtude; mas se, pelo contrário, o homem sucumbe à tentação, então ele não é virtuoso. Ora, ninguém é tentado assim por Deus, visto que, como se lê na Epístola de Tiago, “Deus não pode ser tentado pelo mal e tampouco tenta a alguém” (Tg 1, 13).

2.^a COMO E POR QUEM SOMOS TENTADOS? — O homem é tentado dessa última maneira pela própria *carne*, pelo *diabo* e pelo *mundo*.

a) A carne o tenta de *dois* modos. *Primeiro*, (i) instiga-o a praticar o mal. A carne, com efeito, sempre procura os prazeres que lhe agradam, isto é, os deleites carnis, nos quais com frequência se peca. De fato, quem se detém nos prazeres da carne negligencia os do espírito, pois “cada qual é tentado por sua própria concupiscência” (Tg 1, 14). (ii) *Segundo*, a carne

tenta afastando-o do bem. O espírito, por si mesmo, sempre se deleitaria nos bens espirituais; o peso da carne, porém, impede o espírito: “O corpo corruptível torna pesada a alma” (*Sb* 9, 15), <como também atesta São Paulo>: “Como homem interior, ponho toda a minha satisfação na lei de Deus; mas sinto em meus membros outra lei, que luta contra a lei de minha mente e me aprisiona na lei do pecado, que está em meus membros” (*Rm* 7, 22). Essa tentação, isto é, a da carne, é muito forte, dado que o nosso inimigo, a carne, está unido a nós; e, como diz Boécio,¹⁸ não há peste mais nociva do que um inimigo dentro de casa. Eis por que é necessário manter-se vigilante contra ela: “Vigiai e orai, para não cairdes em tentação” (*Mt* 26, 41).

b) O diabo tenta do modo mais intenso. Depois de a carne ser mortificada, levanta-se outro inimigo, o diabo, contra o qual temos de entrar numa grande batalha: “Pois a nossa luta não é contra o sangue e a carne, mas contra os principados, as potestades, os dominadores deste mundo tenebroso” (*Ef* 6, 12). Eis a razão por que ele recebe o nome expressivo de “tentador”: “Receava que o tentador vos tivesse seduzido”, escreve o Apóstolo aos fiéis de Tessalônica (*1Ts* 3, 5). Ora, o diabo age de modo muitíssimo astucioso na tentação. Como o bom comandante de um exército que sitia o acampamento <inimigo>, ele considera antes as fraquezas de quem deseja atacar, e é nos pontos em que o homem é mais fraco que ele o tenta. É por isso que o diabo tenta os homens nos vícios a que, depois da carne, eles são mais inclinados, como a ira, a soberba e os demais vícios espirituais: “O vosso adversário, o diabo, anda em derredor como um leão que ruge, procurando a quem devorar” (*1Pd* 5, 8).

E ao tentar, o diabo faz *duas* coisas. *Primeiro*, (i) sugere ao homem alguma coisa que não pareça má, mas que tenha certa aparência de bem. Desse modo, ele desvia o homem, ao menos de início, de sua intenção principal e, depois de o ter aliciado, mesmo que só um pouco, leva-o com

mais facilidade a pecar: “O próprio Satanás se disfarça de anjo de luz” (2Cor 11, 14). Em seguida, após tê-lo induzido a pecar, (ii) prende-o de tal maneira que o homem não consiga livrar-se dos seus pecados, pois “os nervos de suas coxas são entrelaçados” (Jó 40, 12). O diabo, portanto, faz duas coisas: engana e torna refém do pecado quem cai em seus ardis.

c) O mundo, por sua vez, tenta de duas formas. Em primeiro lugar, (i) mediante o desejo excessivo e imoderado das coisas temporais. Sobre isso diz o Apóstolo: “A raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (1Tm 6,10). Em segundo, (ii) por meio do terror dos perseguidores e tiranos, porque “também nós estamos envoltos nas trevas” (Jó 37, 19). Com efeito, “todos os que quiserem viver com piedade em Cristo Jesus serão perseguidos” (2Tm 3, 12). <O Senhor, porém, nos conforta no> Evangelho segundo Mateus: “Não temais os que matam o corpo” (Mt 10, 26).

3.^a COMO NOS LIVRAMOS DA TENTAÇÃO? — Fica assim patente o que é a tentação e de que modo e por quem somos tentados. Resta-nos ver como dela nos livramos. Sobre isso é necessário saber que Cristo não nos ensina a pedir que não sejamos tentados, mas que não caiamos em tentação. Porque se o homem logra vencê-la, torna-se merecedor da coroa <da glória> (cf. 1Cor 9, 25; Pd 5, 4), e por isso diz a Epístola de Tiago: “Meus irmãos, tende por motivo de grande alegria o serdes submetidos a múltiplas provações” (Tg 1, 2), o Eclesiástico: “Filho, se te dedicares a servir ao Senhor, prepara-te para a prova” (Eclo 11, 1), e o mesmo São Tiago: “Bem-aventurado o homem que suporta com paciência a provação! Porque, uma vez provado, receberá a coroa da vida” (Tg 1, 12). É por estas razões que <o Senhor> nos ensina a pedir que não caiamos em tentação por nosso consentimento. Ora, “não tendes sido provados além do que é humanamente suportável” (1Cor 10, 13), <diz o Apóstolo>, pois ser tentado é algo humano; consentir, porém, é diabólico.

32. Deus nos tenta? — Mas acaso Deus induz ao mal, como parece sugerir o pedido: “E não nos deixeis cair em tentação”? Quanto a isso, diz-se que Deus induz ao mal no sentido de o permitir, isto é, na medida em que priva o pecador da sua graça, sem a qual o homem cai no pecado. Por isso cantamos no salmo: “Não me abandones quando diminuem as minhas forças” (*Sl* 70, 9). Deus, porém, dirige o homem pelo fervor da caridade, visto que a caridade, por menor que seja, é capaz de fazer-nos resistir a qualquer pecado: “As águas da torrente jamais poderão apagar o amor” (*Ct* 8, 7). Dirige-o também pela luz do intelecto, que nos foi dada para sabermos como agir, pois todo pecador, como diz o Filósofo,¹⁹ é um ignorante (cf. *Pr* 14, 22). “Eu te darei inteligência e vou te instruir” (*Sl* 31, 8). Era isso o que pedia Davi ao dizer: “Ilumina meus olhos, para que não adormeça na morte. Que meu inimigo não diga: “Venci-o!” (*Sl* 12, 4s).

33. O fruto dessa petição. — E isso, temo-lo pelo dom de inteligência. Quando não damos à tentação o nosso consentimento, guardamos a pureza de coração, sobre a qual está escrito no Evangelho segundo Mateus: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus” (*Mt* 5, 8). Assim logramos chegar à visão de Deus, à qual ele se digne conduzir-nos.

Art. 7. “Mas livrai-nos do mal”

34. A que se refere esse pedido? — O Senhor nos ensinou anteriormente a pedir perdão pelos <nossos> pecados e como podemos evitar as tentações. Agora, nesse pedido, ensina-nos a pedir que sejamos preservados dos males. Esta petição diz respeito a todos os males em geral, ou seja, aos pecados, doenças e aflições, como diz Agostinho. Pois bem, como já falamos sobre o pecado e a tentação, falta-nos tratar dos outros males, isto é, das adversidades e aflições todas deste mundo, das quais Deus nos livra de *quatro* maneiras:

a) *Primeiro*, evita que nos sobrevenha a aflição, o que sucede raramente, visto que os santos são afligidos neste mundo. A razão disso é que, como está escrito na Segunda Epístola a Timóteo, “todos os que quiserem viver piedosamente no Cristo Jesus serão perseguidos” (2Tm 3, 12). No entanto, Deus permite às vezes que uma ou outra pessoa não seja afligida, quando a vê impotente e incapaz de suportar <as aflições>, qual um médico que evita dar a um enfermo débil medicinas demasiado fortes: “Eu abri à tua frente uma porta e ninguém a poderá fechar, pois tua força é pequena” (Ap 3, 8). Na pátria, contudo, isto será geral, uma vez que lá ninguém será afligido: “De seis tribulações”, quer dizer, da vida presente, a qual se divide em seis idades, “ele te livrará, e na sétima, o mal não te atingirá” (Jó 5, 19); “Nunca mais terão fome” (Ap 7, 16).

b) *Segundo*, consola os que já se encontram afligidos. De fato, se Deus não o consolasse, o homem não poderia suportar <as provações>, como diz o Apóstolo: “Fomos oprimidos tão acima de nossas forças” (2Cor 1, 8); “Deus, porém, que conforta os humildes, confortou-nos” (2Cor 7, 6). “Quando as preocupações se multiplicam em mim”, canta o salmista, “as tuas consolações me deleitam” (Sl 93, 19).

c) *Terceiro*, cumula os aflitos de tantos benefícios, que eles acabam por esquecer-se dos males <que padecem>: “Depois da tormenta, dais a bonança” (Tb 3, 22). Por isso, não devem ser temidas as aflições e tribulações deste mundo, por serem facilmente toleráveis graças tanto à consolação que a elas se acresce como à sua brevidade: “Com efeito, o que presentemente é para nós uma tribulação momentânea e ligeira, prepara-nos, além de toda a medida, um peso eterno de glória” (2Cor 4, 17). De fato, pelas tribulações logramos chegar à vida eterna.

d) *Quarto*, converte a tentação e a tribulação em bem. Eis por que não dizemos: “Livrai-nos” da tribulação, mas do mal. As tribulações, de fato, são dadas aos santos para que mereçam a coroa <da glória>, e esta é a

razão por que eles se gloriam de suas tribulações: “E não só isso, pois nos ufanamos também de nossas tribulações, sabendo que a tribulação gera a constância” (*Rm* 5, 3); “No tempo da aflição perdoas os pecados” (*Tb* 3, 13). Deus, por conseguinte, livra o homem do mal e das tribulações convertendo-os em bem. Ora, isso é sinal de grande sabedoria, já que é próprio do sábio ordenar o mal ao bem; e isso se dá por meio da paciência, que é exercida nas tribulações. Com efeito, o exercício das demais virtudes se refere ao que é bom; mas o da paciência, por outro lado, se refere ao que é mal. É por isso que ela é necessária somente nos males, ou seja, nas tribulações, pois “a sabedoria do homem”, <diz um provérbio>, “conhece-se pela paciência” (*Sl* 19, 11).

35. O dom de sabedoria e o fruto dessa petição. — Eis por que o Espírito Santo nos faz pedi-lo pelo dom de sabedoria, graças ao qual chegamos à bem-aventurança a que se ordena a paz. Ora, é pela paciência que temos paz, seja na prosperidade, seja na adversidade. Por isso, os pacíficos são chamados filhos de Deus, pois são semelhantes a ele. Ora, do mesmo modo que nada pode fazer mal a Deus, assim também nada, nem de próspero nem de adverso, pode fazer mal aos seus filhos: “Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus” (*Mt* 5, 9).

36. Conclusão. — “Amém” é uma ratificação geral de todos os pedidos.

Explicação sumária de toda a oração do Pai-nosso

37. Em suma, há que ter em mente que na oração dominical está contido tudo o que devemos desejar e tudo a que hemos de fugir.

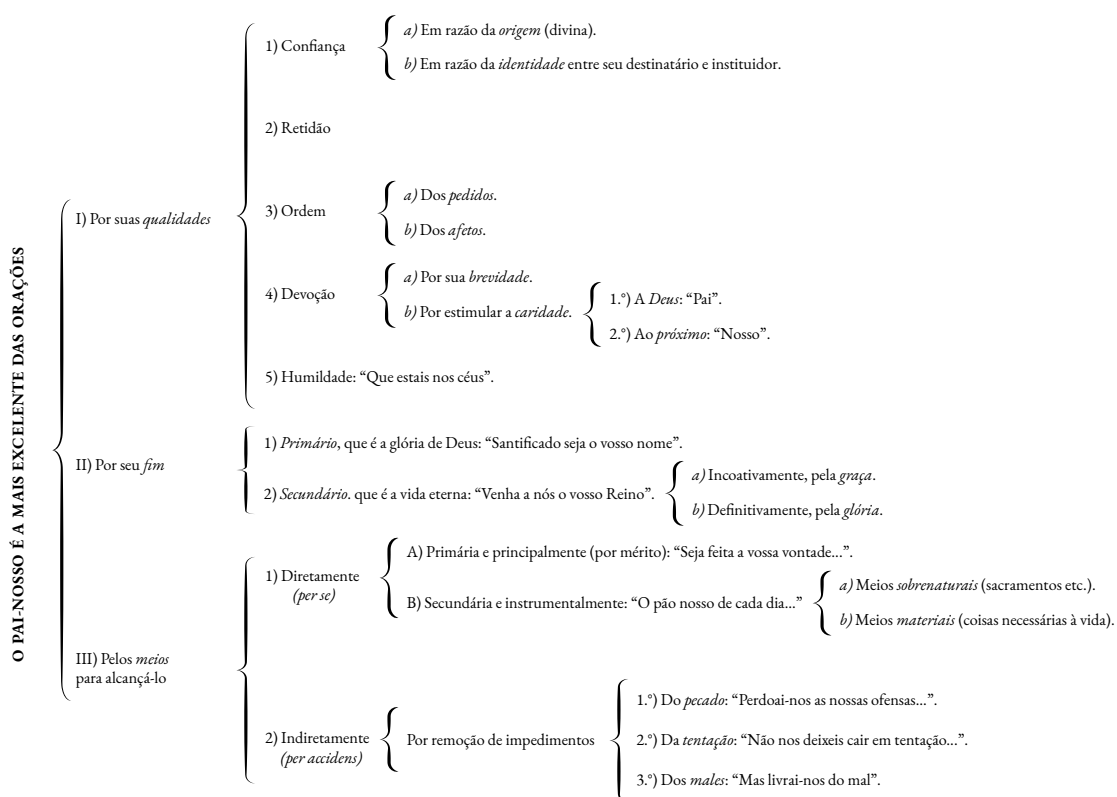
a) Entre as coisas desejáveis, a que mais se deseja é a que mais se ama, ou seja, Deus; e por isso pedes a glória de Deus quando dizes: “Santificado seja o vosso nome”. Ora, deves desejar de Deus *três* coisas que te dizem respeito. A *primeira* é (i) que chegues à vida eterna; e o pedes quando dizes: “Venha a nós o vosso Reino”. A *segunda* é (ii) que faças a vontade de Deus

e a sua justiça; é o que pedes quando dizes: “Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu”. A *terceira* é (iii) que tenhas o necessário para a vida; e o pedes quando dizes: “O pão nosso de cada dia nos dai hoje”. E acerca desses três <pedidos> o Senhor diz no Evangelho segundo Mateus: “Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus”, quanto ao *primeiro*; “e a sua justiça”, quanto ao *segundo*; “e todas essas coisas vos serão dadas por acréscimo” (*Mt* 6, 33), quanto ao *terceiro*.

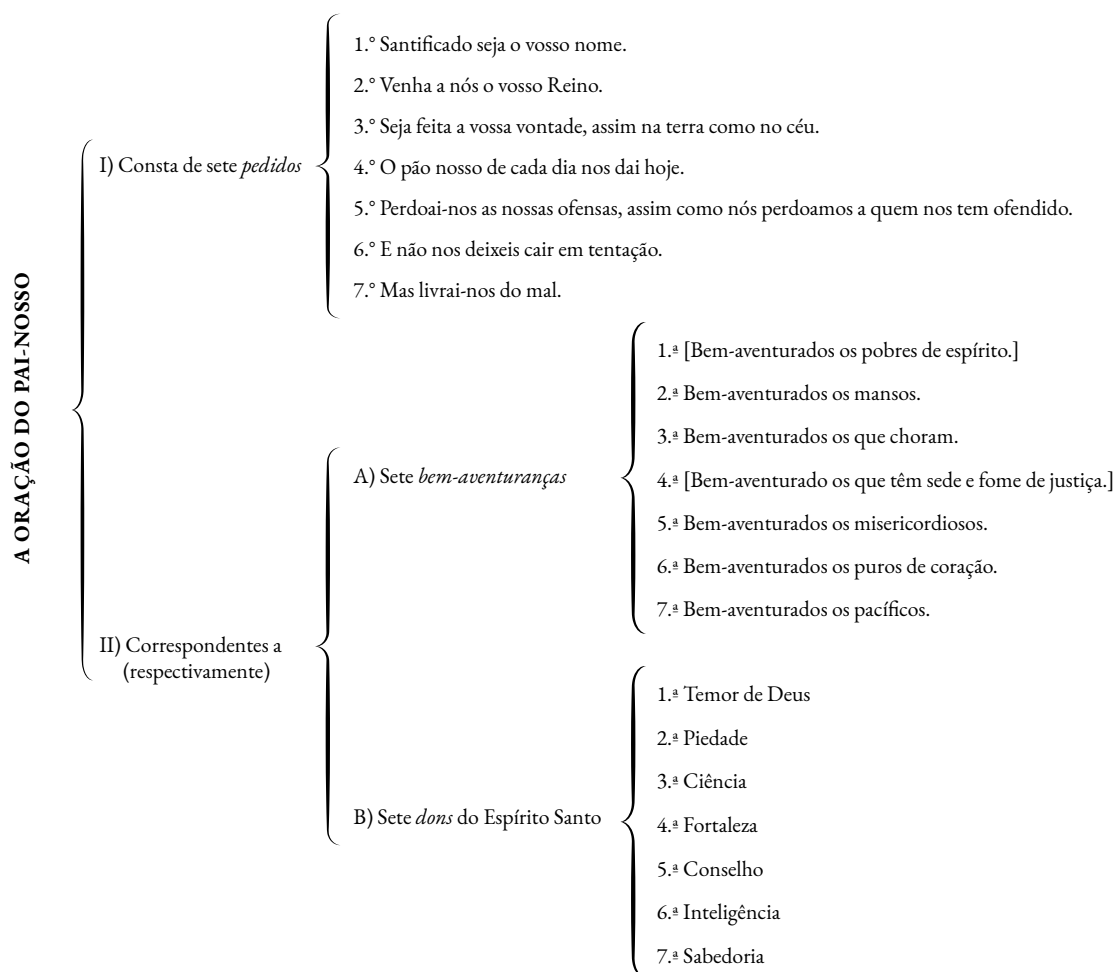
b) Pois bem, as coisas que se hão de evitar e às quais temos de fugir são aquelas que se opõem ao bem. O bem, por sua vez, que é o que primeiro se deseja, é *quádruplo*, como foi dito. O *primeiro* <bem> é (i) a glória de Deus, e a ele não é contrário mal algum: “Se pecares, que lhe fazes? [...] Por outro lado, se agires com justiça, que lhe dás?” (*Jó* 35, 6s). Com efeito, tanto do mal, enquanto é punido, como do bem, enquanto é premiado, resulta a glória de Deus. O *segundo* bem é (ii) a vida eterna; e a ele se opõe o pecado, já que pelo pecado se perde <a vida eterna>; e por isso dizemos, para afastar <o mal do pecado>: “Perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos aos nossos devedores”. O *terceiro* bem são (iii) a justiça e as boas obras; e a este <bem> é contrária a tentação, já que as tentações impedem-nos de praticar o bem; e para afastar <este mal>, pedimos: “E não nos deixeis cair em tentação”. O *quarto* <e último> bem são (iv) os bens necessários; e a ele se opõem as adversidades e tribulações; e para afastar <estes males>, pedimos: “Mas livrai-nos do mal”. “Amém”.

Apêndice

1) A excelência do Pai-nosso:



2) A estrutura do Pai-nosso:



Notas

1. CIPRIANO DE CARTAGO, *De or. dom.* 3 (PL 4, 521B).
2. ID., *ibid.*
3. Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *Ench.* 78.21 (PL 40, 270).
4. JOÃO DAMASCENO, *De fide orth.* 3.24 (PG 94, 1090).
5. AGOSTINHO DE HIPONA, *Ep.* 130, 12.22 (PL 33, 502). Para uma explicação detalhada de todo o Pai-nosso, v. também, do mesmo autor, *Serm. Dom.* 2.4-11.15-39 (PL 34, 1275-1287).
6. ID., *Ep.* 130, 10.20 (PL 33, 502).
7. ID., *Ep.* 31, 1 (PL 33, 121).
8. Cf. ARISTÓTELES, *De Caelo* I.3, 270b5-10.
9. Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *Conf.* 3.6.11 (PL 32, 688).
10. A citação está incompleta também no original. Omitem-se as palavras iniciais “incompactível” e “incontaminável”.
11. Não foi conservado o comentário de Santo Tomás ao primeiro pedido do Pai-nosso; o que aqui se lê, na verdade, é um “enxerto” de Aldobrandinus de Toscanella, O.P. (fl. 1287-1314).
12. Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *Conf.* 2.10.18 (PL 32, 682).
13. ID., *Conf.* 2.6.14 (PL 32, 681).
14. ID., *Serm.* 169, 11.13 (PL 38, 923).
15. Cf. ID., *Ep.* 153, 6.20 (PL 33, 662).
16. Santo Tomás parece aludir aqui aos pelagianos, hereges do séc. V que diziam ser possível ao homem manter-se livre por si mesmo não só de todo pecado deliberado, mas ainda dos movimentos involuntários da concupiscência, que o inclinam a pecar.
17. AGOSTINHO DE HIPONA, *De nat. et gr.* 36.41 (PL 44, 267).
18. Cf. BOÉCIO, *De consol. phil.* 3, pr. 5 (PL 63, 743).
19. Cf. ARISTÓTELES, *EN* III.1, 1110b28.